



Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - PED

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA
E INSTITUCIONAL**

Coordenação: Profa. Dra. Maria Helena Fávero

TRABALHO FINAL DE CURSO

A família como parceira em processo de inclusão escolar

Apresentado por: Maria das Graças de Oliveira de Assis Rezende

Orientado por: Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

BRASÍLIA, 2013

A família como parceira em processo de inclusão escolar

Apresentado por: Maria das Graças de Oliveira de Assis Rezende

Orientado por: Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Resumo

Este trabalho consiste no relatório de intervenção no contexto do Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, do Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília. O objetivo do estágio de intervenção foi promover ações que integrassem a família do aluno deficiente à escola. Foi realizado por meio de sessões de avaliação e intervenção psicopedagógicas. Tomou-se como referência teorias no campo da Psicopedagogia, da Educação Inclusiva e documentação oficial sobre a parceria família-escola na educação de crianças com problemas de desenvolvimento e aprendizagem. Utilizou-se a metodologia qualitativa, com procedimentos de análise documental do projeto Político-Pedagógico da escola e de entrevistas semi-estruturadas com pais dos alunos. A partir das entrevistas, foram detectados as percepções e os problemas que os pais apontavam em relação ao trabalho da escola, o que motivou a pesquisadora a promover reuniões de grupo com esses pais. A intervenção constou da realização de grupos com os pais das crianças para a visualização de documentários e a discussão de temas relacionados às deficiências das crianças, buscando formas de colaboração mútua na educação familiar e escolar. Os grupos ofereceram a oportunidade de unir os pais numa rede de ajuda mútua, que, segundo depoimento deles mesmos, propiciaram que eles não se sentissem mais sozinhos. O resultado mais efetivo foi a construção de um cronograma de reuniões com esses pais, a ser executado durante todo o ano. Foi um trabalho bastante produtivo em termos da articulação teoria/prática, colaborando para a formação da pesquisadora especialista em Psicopedagogia.

Palavras-chave: psicopedagogia, deficiência, inclusão, escola, família.

Índice

I/ Colocação do problema:.....	5
II/ Justificativa	5
III/ Fundamentação Teórica	6
3.1/ História da deficiência	8
3.2/ Breve Histórico da Integração do Portador de Deficiência	9
3.3/ Mudanças na Área Educacional no Brasil	12
3.4/ A criança deficiente e as especificidades de seu desenvolvimento	15
IV/ Método de Intervenção.....	18
4.1/ Sujeito(s) e/ou Instituição	20
4.2/ Procedimento(s) Adotado(s).....	21
V/ A intervenção psicopedagógica: da avaliação psicopedagógica à discussão de cada sessão de intervenção	21
5.1/ Avaliação Psicopedagógica	21
5.2/ As Sessões de Intervenção.....	28
VI/ Discussão geral dos resultados da intervenção psicopedagógica.....	31
VII/ Considerações finais	32
VIII/ Referências Bibliográficas:.....	33
ANEXOS	36

I/ Colocação do problema:

*"Sem a Educação das Sensibilidades,
todas as habilidades são tolas e sem sentido."(Rubem Alves)*

Para falar das pessoas com deficiências, faz-se necessário relembrar os direitos que essas pessoas possuem em nossa sociedade. A ONU - Organização das Nações Unidas - assegura aos deficientes o direito de serem considerados cidadãos, possuidoras de obrigações, participantes e construtores da sociedade.

É comum que a pessoa portadora de deficiência chegue à idade adulta sem que ela mesma ou seus familiares tenham usufruído livremente de seus direitos. Seja por não terem recebido orientações adequadas a melhores condições de vida e bem estar ou quaisquer outros motivos decorrentes de omissão do atendimento ou terapêutica não adequada, tal situação importará grandes consequências à vida familiar como um todo.

O direito da pessoa com deficiência de receber tratamento e educação adequados para o seu desenvolvimento e a sua socialização deve ser garantido pela família, pela escola, educadores e terapeutas e, especialmente, pela articulação entre essas instâncias, no sentido de prover condições para que a pessoa deficiente, desde criança, possa ter saúde e condições de participar da vida social de sua comunidade.

Neste sentido, é importante que o deficiente seja acolhido no sistema educacional conforme sua necessidade. Além disto, família e escola devem articular seus esforços para a promoção do desenvolvimento global do deficiente.

Este trabalho tem como objetivo promover ações que integrem a família do aluno deficiente à escola.

II/ Justificativa

É fundamental que os profissionais envolvidos em noticiar o diagnóstico de uma deficiência estejam programados e preparados, no sentido de como irão anunciar a noticiada deficiência de um filho aos seus pais. Reconhece-se a importância deste momento na determinação do grau de aceitação dos familiares, frente aos sentimentos e emoções que naturalmente enfrentarão diante de tal situação.

O diagnóstico de uma doença ou deficiência pode ser anunciado aos familiares logo após o nascimento da criança, ou então, avaliado por especialistas no decorrer do tempo, de acordo com as características da apresentadas no seu desenvolvimento. O que fazer? A tristeza gera choro, medo, angústia e depressão. Como estabelecer relações com uma criança que não esperavam? Tudo muda. Diante da constatação, resta em primeiro momento, apenas a perda de um sonho do filho sadio e normal que não chegou.

Da mesma forma, durante a vida da criança em família e na escola, os pais, os professores e outros profissionais têm um papel muito importante nas perspectivas de desenvolvimento da criança. Eles atuam como mediadores do processo de aprendizagem da criança e de superação de suas dificuldades.

III/ Fundamentação Teórica

Segundo Bossa (1994), pensar a educação escolar à luz da Psicopedagogia, significa analisar um processo que inclui questões metodológicas, relacionais e sócio-culturais, englobando o ponto de vista de quem ensina e de quem aprende, abrangendo a participação da família e da sociedade.

Em outras palavras, pode-se traduzir explicando que: a atuação da Psicopedagogia no trabalho da escola tem caráter de assessoramento em todas as situações educacionais, propondo a intervenção no currículo, no projeto político pedagógico, na metodologia de ensino do professor, nas formas de aprender do aluno e, principalmente, contribuindo para que haja uma boa comunicação entre escola e família, onde se faz necessário desenvolver-se uma mesma linguagem, que favoreça a confiança de uma ligação construtiva e harmônica.

Na Secretaria de Educação do DF, a Psicopedagogia integra-se ao trabalho pedagógico, colaborando na identificação, na prevenção e na transformação dos conflitos, acompanhando o processo de aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento integral do aluno.

De acordo com Barbosa (2001), a atuação psicopedagógica junto a um grupo ou instituição, para ser operante, precisa interpretar os papéis desempenhados, a forma como foram atribuídos e assumidos, assim como as expectativas que se encontram latentes neste movimento de atribuir e aceitar o papel.

A convivência, o carinho, a dedicação da família e o relacionamento com outras crianças dentro do ambiente escolar são fundamentais no processo de aprendizagem das crianças. E a família é essencial para o desenvolvimento do indivíduo, independentemente de sua formação.

Para Parolin (2003), a família tem o dever de estruturar o sujeito em sua identificação, individuação e autonomia. Segundo Gokhale (1980), a família, além de servir de base para a futura sociedade, desempenha também papel fundamental na vida social do aluno. A educação familiar bem fundamentada, também é defendida por Tiba (1996), que valoriza a atenção e carinho recebidos pela criança em um ambiente agradável familiar.

Se para o aluno do ensino regular, a família é importante, no ensino especial a família é o apoio fundamental para o aluno. Por isso, a instituição de ensino deve promover maneiras de inserir a família e a comunidade local no contexto em que a escola atua para melhorar a integração, conforme afirmam Paro (1992, 2007), Bhering e Blatchford (1999). Alegam inclusive os autores, a importância de se criarem alianças entre as duas instituições, escola e família, e que essas duas instituições devem trabalhar em conjunto, para que, unidas, consigam obter resultados mais satisfatórios.

Conforme conceituação formal, a educação especial, no propósito de seu atendimento educacional, deve assegurar às pessoas com necessidades educacionais especiais, o direito à educação.

Segundo o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, publicado em 1997, pela Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a Organização Mundial de Saúde (OMS) propõe os seguintes conceitos:

- Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica;
- Incapacidade é toda restrição ou falta (devido a uma deficiência) da capacidade de realizar atividade, na forma ou na medida em que se considera normal para o ser humano;
- Impedimento é situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que lhe permite ou impeça o desempenho de um papel que é normal em seu caso (em função de idade, sexo, fatores sociais e culturais).

Portanto, conforme descrito pelo MEC, necessita de educação especial, o aluno que:

[...] por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente chamados de portadores de necessidades educativas especiais, classificam-se em: portadores de deficiência (mental, visual, auditiva, física, e múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e portadores de altas habilidades (superdotados). (BRASIL, MEC/SEESP, 1994, p. 13)

A Lei nº 12.796, de 4 de abril 2013, por sua vez, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, definindo assim a Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O fundamental, entretanto, é que hoje, no Brasil, as políticas educacionais assentam-se no preceito de que a educação é um direito de todos. Segundo Fonseca (1995, pág. 10), a luta histórica dos direitos humanos resultou na obrigatoriedade de o Estado garantir gratuitamente o ensino para todas as crianças, sejam elas deficientes ou não.

3.1/ História da deficiência

Na pré-história, sobreviviam apenas os mais capazes. Na antiga Grécia, as crianças deficientes ou fora do padrão eram eliminadas ou abandonadas. Na Idade Média, havia segregação e as causas da deficiência eram atribuídas ao sobrenatural. Indivíduos com deficiência eram considerados possuídos pelo demônio e outros espíritos maléficos e submetidos à prática de exorcismo.

O frade Pedro Ponce de Leon (1509-1584), é reconhecido como iniciador do ensino para surdos e criador do método oral. Em meados do século XVI, no Mosteiro de Oña, educou 12 crianças surdas com surpreendente êxito.

Jean Itard é considerado o precursor da educação Especial. Na França, em 1800, por meio de procedimentos médicos e pedagógicos, investiu em recuperar e educar Victor de Aveyron, um menino selvagem, criado com animais em uma floresta, sem contato com seres humanos, em completa privação social.

No século XVI, surgiram dois intelectuais importantes para a história da deficiência: Paracelso, médico, e Cardano, filósofo. Paracelso, no seu livro “Sobre as doenças que privam o homem da razão”, foi o primeiro a considerar a deficiência mental um problema médico, digno de tratamento e complacência. Cardano, além de concordar que a deficiência era um problema médico, se preocupava com a educação das pessoas que apresentavam a deficiência.

No século XIX, as ideias de Darwin, focadas no evolucionismo e no cientificismo, reforçam a psicologia, que passou a ter o papel de identificar os mais ou menos aptos, através de aplicações de testes mentais. Assim, nessa concepção darwinista, a psicologia científica transfere seus princípios de variação, seleção e adaptação para o campo das capacidades humanas. As dificuldades e os fracassos escolares passaram a ser analisados e explicados pela psiquiatria e pela neurologia. Recomendava-se, então, a criação de pavilhões especiais para atender os idiotas.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003, p.58)

É possível observar que a história tem presenciado comportamentos e condutas variadas, no tocante à deficiência, indo desde os atos dos governantes espartanos – que determinavam, em lei, o abandono de crianças malformadas ou deficientes – passando pelo conformismo piedoso do cristianismo, até a segregação e a marginalização, operadas pelos “exorcistas”.

Ferreira e Guimarães (2003, p.66) ainda comentam em relação à situação de segregação histórica presente no Brasil até os dias atuais:

No Brasil, algumas tribos do Alto Xingu no Mato Grosso, até hoje exterminam os bebês que nascem com deficiência, enterrando-os vivos, por acreditarem que criança nascida com deficiência não tem condições de ir para a selva, de trabalhar, de garantir seu sustento, de se defender.

3.2/ Breve Histórico da Integração do Portador de Deficiência

Logo após a Segunda Guerra Mundial, ocorrida de 1939 a 1945, soldados que eram considerados totalmente normais, voltaram para casa surdos, pelo barulho das bombas, cegos e mutilados pelos estilhaços dos canhões e neuróticos e perturbados, devido ao sofrimento da guerra.

Hitler arruinou e chocou o mundo pelas atrocidades praticadas durante a guerra. O holocausto eliminou judeus, ciganos e também pessoas com deficiências. Milhares de adultos e crianças com deficiência morreram. Pessoas suspeitas de terem hereditariedade de cegueira, surdez e deficiência mental foram esterilizadas em nome da política da raça ariana pura. No desfecho desta guerra, os Estados Unidos lançaram bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki, deixando sequelas nos sobreviventes civis.

A Europa e os países aliados estavam devastados após a derrota de Hitler. As cidades exigiam reconstrução, as crianças órfãs precisavam de abrigo, comida, roupas, educação e saúde. Os adultos sobreviventes das batalhas tinham sequelas e precisavam de tratamento médico e reabilitação.

Assim, com a Carta das Nações Unidas, se criou a Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1945 em Londres, com o objetivo de solucionar os problemas que afligiam o mundo.

Os temas centrais foram divididos entre as agências.

- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO;
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; e
- Organização Mundial da Saúde – OMS.

Além dessas, a ENABLE é uma agência que, além de orientar a atuação dos países no campo temático dos Direitos das Pessoas com Deficiência, constitui também a determinação legal aos seus países-membros para que efetivassem políticas e programas de combate à discriminação e à eliminação da pobreza que atingia cerca de 80% desses grupos populacionais.

Deste modo, em 1948, nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A comunidade internacional se reuniu em Nova York, na sede da ONU, e solenemente os representantes dos diversos países juraram nunca mais produzir as atrocidades como aquelas cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Então, reforçaram a Carta das

Nações Unidas, declarando em um só documento todos os direitos de cada pessoa, em todo lugar e tempo.

Da Declaração Universal dos Direitos do Homem , destaca-se o Artigo 25:

Artigo 25

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Muitos anos separam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nesse intervalo, foram aprovados diversos documentos referentes a pessoas com deficiência, a saber:

- Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975);
- Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência Mental (ONU, 1977);
- Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (ONU, 1982);
- Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (ONU, 1993);
- Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Educação para Necessidades Especiais (Unesco, 1994);
- Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência (OEA, 1999);
- Carta para o Terceiro Milênio (Rehabilitation International, 1999);
- Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (OMS, 2001);
- Declaração de Sapporo (Disabled Peoples International, 2002);
- Declaração da Década das Américas pelos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência (OEA, 2006);

Paralelamente, cabe mencionar a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), que dedica seu Artigo 23 à “criança com deficiência física ou mental”.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo de serviços têm uma Secretaria conjunta composta por funcionários do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA), com sede em Nova York.

3.3/ Mudanças na Área Educacional no Brasil

A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) teve como consequência grandes transformações na área educacional. Até a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988, o Brasil viveu sob a vigência militar.

Os presidentes militares: Humberto Alencar Castello Branco e Arthur da Costa e Silva, entre os anos de 1964 a 1968, estabeleceram uma parceria com os americanos através do MEC, realizando reformas, leis e acordos com a United States International for Development (USAID), fruto da influência do capital estrangeiro na área educacional brasileira.

Instalou-se a educação tecnicista, atendendo às necessidades advindas com a crescente industrialização, que visavam o fortalecimento e o aperfeiçoamento de melhorias no ensino primário e médio e a modernização administrativa, universitária, incluídas as ideologias previstas nos acordos. MEC / USAID (Rosa, 2006).

Sob esta influência, a educação nacional viveu e assistiu em todos os lugares do país, as exclusões ideológicas das instituições escolares. Professores foram sumariamente demitidos. Alunos das instituições de ensino superior foram perseguidos e expulsos.

O modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento socioeconômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação. (Veiga, 1989, p.34).

Esta política de crescimento econômico era oferecida aos portadores de deficiências através do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Na época, era entendido que as questões de deficiência pertenciam aos Setores da Saúde e Bem Estar Social. Os portadores de deficiências e as pessoas acidentadas pelo trabalho, ou acometidas pelas doenças físicas e mentais, eram submetidas a exames e testes vocacionais pelas equipes de terapeutas, e treinadas para adaptações, readaptações ou mudanças das funções ou ocupações profissionais nos empregos.

Nesta época, a população mundial se preocupava com o desenvolvimento dos países atrasados. Tanto que a recomendação n.º 99, de 25 de junho de 1955 da OIT-Organização Mundial do Trabalho, especifica no seu parágrafo 1º que:

As expressões adaptação e readaptação profissional designam parte do processo contínuo e coordenado de adaptação e/ou readaptação profissional, que compreende o emprego de meios - principalmente de orientação profissional, formação profissional e colocação seletiva - para que os excepcionais (grifo nosso) possam obter e conservar um emprego adequado. A habilitação ou a reabilitação profissional é um processo criativo em que as capacidades restantes, físicas, mentais e sociais dos excepcionais são desenvolvidas e utilizadas para a sua máxima eficiência.

A expansão dos programas dos centros de treinamentos e de reabilitação tinha, apenas a preocupação, conforme o mundo capitalista, em treinar para o trabalho os deficientes, na época chamados de “excepcionais”. Não havia a preocupação com a educação em si, apenas com o trabalho e com treinamento, como refere o livro: Integração do Excepcional na Força do Trabalho (MEC/OEA 1977, p.16):

...em todo país, a promulgação de novas Leis, vem facilitando ao excepcional, nos vários níveis do ensino e do trabalho. Esse movimento, mais intenso nas últimas décadas, encontra seus primórdios nas teorias de Galeno e Hipócrates, que reivindicavam, em documentos antigos, a necessidade de trabalho e ocupação como fator de felicidade humana.

Os seminários de Haia (1959); de Estocolmo (1964) e de Frankfurt (1966) reafirmaram a necessidade de reconhecer a preparação profissional como elemento decisivo para a interação, ou seja, para a inclusão. Esses seminários também defenderam as mudanças da conceituação dos portadores de deficiências.

Analisando o tempo e a história, se percebe um grande progresso. Em 20 de dezembro de 1971, a Assembleia Geral das Nações Unidas, adota a Declaração dos Direitos dos Retardados Mentais,(grifo nosso) e reforça entre as 7 recomendações, a de nº 3, esclarecendo que: “O retardado mental tem o direito à segurança econômica e a um nível de vida decente. Tem direito, na medida de suas possibilidades, de desempenhar um emprego produtivo ou alguma outra ocupação útil.”

No decorrer dos anos, outras Leis vieram a partir da Declaração Universal do Direito do Homem, aprovando resoluções e recomendações, que incidem no direito dos portadores de deficiência.

A Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência aconteceu na Guatemala em 7 de junho de 1999, reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. Define assim, no seu ART. 1:

- 1- O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.
- 2- a) O termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.
 - b) Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

3.4/ A criança deficiente e as especificidades de seu desenvolvimento

Durante a gestação de um bebê, comumente, os pais, que aguardam a sua chegada, preparam-se para se tornarem efetivamente pais, conversando sobre a criança, imaginando como ela será, escolhendo seu nome, de acordo com o sexo que os exames pré-natais revelam, comprando suas roupas, projetando, inclusive, como será seu futuro. Eles criam, dessa forma, uma identidade para a criança, antes mesmo de ela nascer.

Dessa forma, a criança, que cresce no ventre da mãe, também se configura no imaginário dos pais que, de acordo com sua história de vida, classe social, escolaridade, predeterminam como será a criança. Entretanto, quando a criança nasce, ela se mostra sempre como uma novidade, diferente daquela esperada pelos pais.

Essas considerações são abordadas em “Acolher a criança, educar a criança – uma reflexão”, por Pulino (2001), que mostra a possibilidade de um descompasso entre a identidade que a sociedade e os pais criam para a criança que ainda não nasceu e a presença do bebê que nasce, como um ser original, diferente do imaginado durante a gravidez. Analisa que, em geral, os pais, diante do bebê que nasce, vão promovendo uma relação entre aquele que eles haviam idealizado e este que é seu bebê real, e, assim, na relação com a criança, vai-se construindo uma nova identidade do filho, agora com a participação ativa deste. Questiona sobre como os pais conseguirão reconstruir a identidade que vinham elaborando para a criança, no sentido de assumirem a nova criança tal como ela se apresenta ao nascer.

A autora ressalta que esse descompasso pode ser muito marcante se a criança apresentar características típicas de uma síndrome, por exemplo. Dessa forma, introduz nesse contexto a presença de profissionais que poderão ter um papel muito importante nessa reconstrução da identidade da criança, não apenas informando os pais sobre a condição, as possibilidades e os limites esperados para o desenvolvimento da criança, mas respondendo às dúvidas dos pais, mostrando exemplos, engajando-os em grupos com outros pais e profissionais, por exemplo. Isso não vai eliminar o problema e a insegurança dos pais, mas proporcionará que eles olhem para sua/seu filha/o como pessoa única, para além da síndrome, com sua subjetividade, compreendendo que ela se constituirá como pessoa na relação com eles, pais e seus educadores, parentes e amigos.

Quando a criança chega à escola, comumente em uma sala inclusiva, ou em classes especiais, os próprios educadores e terapeutas assumirão o papel de partícipes do desenvolvimento dessa criança. Vários profissionais podem constituir a equipe responsável pela educação e cuidados da criança. Muito há a se criar, apesar das diversas propostas governamentais.

Neste contexto, surgiu a Psicopedagogia em caráter reeducativo, na década de 80, contribuindo para os problemas de aprendizagem, que são bastante complexos, mediante os inúmeros fatores que interferem neste processo e buscando soluções pela intervenção clínica, nas questões do fracasso escolar e aprendizagem, conhecido na ocasião como um “problema de ensinagem”.

O campo de atuação do psicopedagogo refere-se não só ao espaço físico onde se dá esse trabalho, mas também, e em especial, ao espaço epistemológico que lhe cabe, ou seja, ao lugar deste campo de atividade e ao modo de abordar o seu objeto de estudo. (Bossa, 2011, p.47).

No campo de atuação, autora explica que é necessário que o psicopedagogo aborde o seu objeto de estudo conforme a modalidade (clínica ou preventiva), pois cada uma delas possuem tarefas específicas.

Porto (2011, p. 109), esclarece assim essa diferenciação da atuação psicopedagógica:

Tanto na clínica quanto na instituição, o psicopedagogo atua intervindo como mediador entre o sujeito e sua história traumática, ou seja, a história que lhe causou a dificuldade de aprender. [...] O profissional deve tomar ciência do problema de aprendizagem e interpretá-lo para a devida intervenção.

1-Psicopedagogia Clínica

- O profissional atua em clínicas com uma equipe multidisciplinar. ou sozinho em consultório.

2-Psicopedagogia Institucional

- O psicopedagogo trabalha com uma equipe de profissionais em escolas, hospitais, Centros Comunitários, ONGs, etc.

De acordo com Bossa (2011) o trabalho psicopedagogo é também teórico, porque existe a necessidade de refletir sobre a práxis, tanto na atuação clínica, quanto na atuação preventiva.

Na área preventiva, ou seja, institucional, o trabalho do psicopedagogo é de orientação no processo ensino-aprendizagem que tem como objetivo levar o indivíduo à apropriação do conhecimento.

Para Bossa (2011) há três diferentes níveis de prevenção:

1º nível: O psicopedagogo atua nos processos educativos com objetivo de diminuir a frequência dos problemas de aprendizagem.

2º nível: Diminuir e cuidar dos problemas já instalados e criar um plano de diagnóstico da instituição.

3º nível: Eliminar os transtornos também instalados através do procedimento clínico.

Na área preventiva, segundo ela, pertencem também ao trabalho do psicopedagogo as seguintes funções:

- (a) Detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem;
- (b) Participar da dinâmica das relações da comunidade educativa, a fim de favorecer processos de integração e troca;
- (c) Promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos no universo educacional do aluno.
- (d) Realizar processos de orientação educacional, na forma individual, ou em grupo, das atividades vocacionais e ocupacionais na área da saúde mental e da educação.

Tanto os cursos de graduação quanto os cursos de especializações (lato sensu) em Psicopedagogia, têm como objetivo a formação do profissional dirigido à aprendizagem humana em diferentes contextos. Motivo pelo qual, as disciplinas dos cursos, são fundamentadas principalmente nas teorias da psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento humano com práticas em diagnósticos e intervenções psicopedagógicas para atuar em duas áreas: Clínica e Institucional.

Segundo Rubinstein (2010) a psicopedagogia foi buscar entendimento nas intervenções que possibilitaram investigar e entender as dificuldades de aprendizagem, como a psicologia cognitiva, psicanálise, antropologia, sociologia, linguística e tantas outras disciplinas que não são baseadas nas concepções neurológicas e nem tampouco patológicas, mas nos diversos fatores que podem interferir no processo de aprendizagem.

IV/ Método de Intervenção

A escolha do método de intervenção é essencial no sucesso da pesquisa. A metodologia ajuda a refletir e indica o caminho a seguir, ou seja, indica a própria pesquisa que necessita de resultados baseados nos planejamentos e nos conhecimentos já existentes. Entre os mais diversos significados da pesquisa, a qualitativa é conceituada como processo de uma análise da realidade por meio da utilização de métodos e técnicas da compreensão detalhada do objeto de estudo.

Neste trabalho, será utilizada a metodologia qualitativa. A pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno específico em profundidade, ao invés de estatísticas, regras e demais generalizações. Trabalha com descrições, comparações e interpretações.

De acordo com André (1995), a pesquisa qualitativa tem como o objetivo investigar valores, crenças, hábitos, atitudes, opiniões mediante contato direto e interativo do pesquisador com o sujeito de estudo, a partir de uma interpretação do que foi estudado.

Enfatiza os aspectos subjetivos do comportamento humano e preconiza que precisa penetrar no universo conceitual dos sujeitos para poder entender como e que tipo de sentido eles dão aos acontecimentos e às interações sociais que ocorrem em sua vida diária. (André, 1995, p. 18)

Na pesquisa qualitativa, escolhe-se o assunto ou problema. Neste tipo de pesquisa não se pretende a generalização dos resultados, levando em consideração que o importante é a análise compreensiva dos resultados e dos objetivos atingidos. Por ser mais participativa é menos controlável, permitindo assim que os seus participantes possam direcionar o rumo da pesquisa em suas interações. Entre as características da pesquisa qualitativa podemos citar:

- o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida como preocupação do investigador e o enfoque dedutivo; e

- o ambiente natural como fonte direta de dados do pesquisador como instrumento fundamental.

Na pesquisa qualitativa a meta é retrair, codificar ou traduzir fenômenos. Assim, a pesquisa qualitativa busca obter dados relevantes para descrever esses fenômenos, ou seja, o pesquisador procura entender os dados colhidos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, e a partir daí situa sua interpretação.

O questionário é um procedimento de pesquisa. É estruturado através de um conjunto de perguntas, que a pessoa lê e responde. O questionário pode ser de quatro tipos diferentes:

- 1) Estruturado: as perguntas são padronizadas, usa-se principalmente de questões fechadas, e quem responde sabe qual é o objetivo da pesquisa;
- 2) Não estruturado: não disfarçado, as perguntas são abertas e quem responde sabe qual é o objetivo da pesquisa;
- 3) Não estruturado disfarçado: usa técnicas projetivas (completar sentenças, etc.) para conseguir as informações, quem o responde não sabe da finalidade da pesquisa;
- 4) Estruturado disfarçado: as informações são obtidas indiretamente através da tabulação e cruzamento das respostas.

A entrevista é a coleta de dados pertinentes ao objeto da pesquisa através de depoimentos orais, podendo ser: aberta; estruturada; semi estruturada e em grupo.

A proposta da entrevista é controlar os dados referentes a histórias de vida, a fatos, a opiniões, a atitudes, a valores e interpretação, tendo por base o conhecimento acumulado em relação às questões que emergem da análise dos dados empíricos obtidos.

Portanto, exige-se do entrevistador ao realizar um diagnóstico de aspecto social, econômico afetivo e histórico, uma aproximação baseada na simpatia e na confiança. O

entrevistador deve, acima de tudo, dar indicativos de que sua pesquisa é de grande valia para o entrevistado, garantindo assim, tanto ao entrevistado como o entrevistador a neutralidade, evitando que se passe a ideia de que a pesquisa tem apenas um caráter de se especular determinada situação.

A entrevista em si permite uma relativa flexibilidade. Na entrevista semi estruturada, o investigador tem uma lista de questões que podem não seguir exatamente a ordem prevista. Mas, em geral, a entrevista seguirá o que se encontra planejado. Entre as principais vantagens das entrevistas semi-estruturadas, pode-se citar:

- A possibilidade de acesso a uma grande riqueza de informação;
- A possibilidade de o entrevistador esclarecer alguns aspectos no seguimento da entrevista semi-estruturada, o que a entrevista mais estruturada ou questionário não permitem.

Segundo Triviños (2006):

A pesquisa qualitativa de tipo histórico-cultural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as conseqüências que terão para a vida humana. (pág. 129)

Após a obtenção dos dados, analisam-se as informações recolhidas. Comparam-se as diferentes respostas dos entrevistados para se compreender as semelhanças e diferenças entre elas. Relacionam-se, então, os resultados dessas análises com as teorias que sustentam a pesquisa.

Nesta pesquisa será utilizada a abordagem qualitativa, pelas razões anteriormente apresentadas.

4.1/ Sujeito(s) e/ou Instituição

O Centro de Ensino Especial 02 de Brasília, atende crianças especiais, encaminhadas exclusivamente com diagnóstico médico, para atendimentos pedagógicos individualizados, alunos portadores de deficiências, em condições significativas de

diversos comprometimentos que impossibilitam a frequência destes alunos em escolas inclusivas. São atendidas também, na modalidade de Estimulação Precoce, crianças recém-nascidas a partir de 15 dias de nascimento.

Participantes:

Participaram da pesquisa 2 (dois) casais e 4 (quatro) mães responsáveis por 6 (seis) alunos que frequentam a escola

4.2/ Procedimento(s) Adotado(s)

- Questionário de identificação dos participantes; e
- Entrevista semi-estruturada com participantes

V/ A intervenção psicopedagógica: da avaliação psicopedagógica à discussão de cada sessão de intervenção

5.1/ Avaliação Psicopedagógica

Sessão de Avaliação Psicopedagógica 1 (08/05/2013) – Pesquisa e análise documental

Objetivo:

Buscar informações (dados) para traçar um perfil sobre a condição da criança, as expectativas dos pais, na participação e proposta em relação à escola.

Procedimento e material utilizado:

Leitura e avaliação cuidadosa do Projeto Político Pedagógico, conhecendo a filosofia, propostas e ações de toda a comunidade.

Resultados Obtidos e Discussão:

É chamado de Projeto Político Pedagógico - PPP, um conjunto de objetivos, de metas e de ações que a escola propõe a cumprir. Projeto, porque sugere proposta de

ação para um determinado tempo. Político, porque é um espaço coletivo de formação de cidadãos. Pedagógico; porque é organizado com processos e atividades de ensino.

Pela composição destas três dimensões, o Projeto Político Pedagógico indica o rumo que gestores, professores, funcionários, alunos e famílias devem seguir. Por isso, a elaboração do Projeto Político Pedagógico precisa observar os seguintes tópicos: missão; clientela; dados sobre a aprendizagem; relação com as famílias; recursos; diretrizes pedagógicas; plano de ação.

Para todas as escolas, o Projeto Político Pedagógico é um documento de parâmetro para a equipe pedagógica. Ele tem eficiência para todas as tomadas de decisões e serve com ferramenta dos planejamentos, das avaliações e das ações de curto, médio e longo prazos.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, o Centro de Ensino Especial 02 de Brasília, foi criado através da Resolução número 25- CD de 21/08/1973, Diário Oficial do Distrito Federal de nº 137 de 06/09/1973. Tem uma área total de 7.000 m quadrados, sendo 4.898 de área construída, da qual 3.477m² pertencem a Escola e o restante é cedido ao Centro de Ensino de Educação Visual.

A estrutura da escola foi reformada em 1997. Está situado na SGAS 612, módulo D, Avenida L2, Brasília DF.

O Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Especial 02 de Brasília fundamenta: *“a educação escolar, num mundo em constantes transformações, apresenta-se como instrumento mediador das relações estabelecidas entre o homem e a sociedade.”*

O processo educativo ocorre vinculado à cultura, ao trabalho, à família, à construção das identidades e aos inúmeros outros tempos e espaços de socialização. Deve-se, portanto, dar significado real às aprendizagens processadas pelo aluno.

A instituição educacional se caracteriza como instância articuladora do conhecimento nas suas diferentes dimensões, com objetivo de dar significado real às aprendizagens processadas pelo aluno no interior da sala de aula.

Nessa esteira, os processos de ensino e aprendizagem devem favorecer ao aluno a articulação dos saberes para enfrentar os problemas e as situações inusitadas.

Desta forma, adota-se como base norteadora do trabalho pedagógico, políticas e programas que visem à formação integral humana, articulada ao ambiente social de todos os envolvidos em educação e daqueles beneficiados por ela.

O sistema educacional deve proporcionar recursos e meios que atendam às necessidades educacionais de todos os alunos, de modo a propiciar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, garantindo: educabilidade de todos os seres humanos, direito à equidade, igualdades de oportunidades educacionais independente dos comprometimentos que possam apresentar; respeito à dignidade humana; direito à liberdade de aprender e expressar-se; e o direito de ser diferente.

Os fins e princípios norteadores da escola seguem os pré-estabelecidos pela Secretaria de Educação, que foram definidos em consonância com as diretrizes do ensino. O foco de atuação está voltado para: aprendizagem, formação de professores e gestores, gestão compartilhada e avaliação institucional. Ressalta-se que o fazer pedagógico baseia-se ainda nos documentos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1984)
- Declaração de Salamanca (1994)
- Constituição Federal (1988)
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)
- Diretrizes Nacionais para Educação Nacional (1996)
- Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001)
- Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal (2008)
- Diretrizes de Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem para a educação básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2008)

- Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Ensino Fundamental- Séries e Anos Iniciais (2008)
- Orientações Pedagógicas – Educação Especial (2010)
- Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2009)

O Centro de Ensino Especial 02 de Brasília, possui:

- 30 salas de aulas.
- 01 sala para Direção e para Vice-direção;
- 01 sala para Supervisão Pedagógica;
- 01 sala para Supervisão Administrativa;
- 01 sala para Secretaria;
- 01 sala de Apoio Psicopedagógico
- 01 sala de SOE – Serviço de Orientação Educacional;
- 01 sala para coordenadores;
- 02 salas de Coordenação Pedagógica,
- 01 salão para atendimento de Educação Física;
- 01 sala para auxiliar de ensino;
- 02 salas de espera para os pais;
- 01 pátio coberto;
- 01 refeitório;
- 01 área de estimulação motora com rampas e escadas;
- 01 quadra poliesportiva;
- 01 parque (interditado);
- 01 piscina coberta;
- 01 sala para Clínica de Fisioterapia – UNIEURO;
- 01 parque infantil coberto;
- 01 sala destinada ao Setor de Empréstimo e Recursos Pedagógicos;
- 01 sala de Atividades de Vida Diária;
- 01 sala para o atendimento de Hora do Conto;
- 01 sala para o atendimento de Estimulação Visual;

- 01 sala para o atendimento de Comunicação Alternativa;
- 10 banheiros;
- 09 cabines de observação (desativadas);
- 01 Auditório;
- 01 Consultório Odontológico Inativo;
- 01 Fraldário.

A Escola atende alunos nas modalidades:

- EP Educação Precoce;
- TGD Transtorno Global do Desenvolvimento;
- DMU Deficiência Múltipla;
- DI Deficiência Intelectual

Quanto à equipe, a escola conta com a seguinte distribuição:

Programa de Educação Precoce	01 – Coordenador 06 – professores regentes 05 – professores de educação física
Área de Deficiência Intelectual	05 – professores regentes
Área de Deficiência Múltipla	34 – professores regentes
Área de Transtorno Global do Desenvolvimento	19 - professores regentes
Programa de Educação Física	06 - professores regentes
Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem	01 - pedagogo 01 - psicólogo
Coordenadores	02 – Currículo Funcional 01 – Atendimento Complementar 01 – Educação Precoce
Setor de Empréstimo de materiais pedagógicos	01 – professor readaptado
Projeto Capacitação de professores para o uso da comunicação alternativa e aumentativa	01 – professor readaptado
Programa de Estimulação Visual	02 – professores regentes
Hora do Conto	02 – professores regentes
Atendimento Complementar	02 – professores de equoterapia 03 – professores de natação adaptada 01 – professora de dança

Projeto UNIP	01 – coordenadora do projeto
Secretaria Escolar	01 – Secretário
Portaria	03 – Servidores
Merendeiras	02 – Servidoras
Conservação e Limpeza	11 - Servidores
Vigias	04 - Servidores
Monitor	01 - Servidor

Sessão de Avaliação Psicopedagógica 2 (15/05/2013)

Objetivo:

Obter informações sobre os pais e os alunos, contemplando as concepções dos pais a respeito da educação de seus filhos.

Procedimento e material utilizado:

Aplicação do questionário registrado em papel A4, contendo Parte A; e Parte B; entregue aos pais. (Anexo 1)

Resultados obtidos e discussão:

As respostas dos questionários foram analisadas como forma de subsidiar entrevista individual a ser feita posteriormente. Foi identificada história / condições de vida do aluno, destacando medicação e equipamento de apoio (óculos, cadeira de rodas etc.). Além disto, foi feito mapeamento da participação dos pais na escola, caracterizando a visão acerca da importância da escola na vida de seus filhos e registrando aspectos que consideram passíveis de mudança.

Embora os questionários tenham sido respondidos individualmente, e as deficiências e condições dos alunos pesquisados tenham se mostrado bastante diferenciadas, as respostas foram praticamente iguais na maioria dos quesitos. A maioria dos pais demonstrou desconhecer o projeto político pedagógico da escola, porém todos relataram que consideram a educação recebida pelo filho na escola muito

importante na vida do filho. Buscam, conforme suas observações, espaço de convivência e socialização para o crescimento saudável de seus filhos.

Sessão de avaliação psicopedagógica 3 (22/05/2013)

Objetivo:

Complementar e aprofundar as informações sobre a história de vida da crianças e as realizações entre os membros da família, focando as condições físicas e mentais das crianças.

Procedimento e Material utilizado

Entrevista (Anexo 2) individual ou com o casal. A pesquisadora relacionou-se com os participantes fazendo as perguntas, ouvindo respostas e comentários e anotando partes importantes para serem resgatadas posteriormente.

Resultados obtidos e discussão:

Nas entrevistas, foram enfatizados aspectos relacionados aos sentimentos vivenciados tanto no nascimento quanto no desenvolvimento dos filhos. Em especial foi destacada a percepção dos pais em relação ao atendimento recebido na escola.

Durante o processo, foi possível constatar que os pais reviveram momentos difíceis quando do diagnóstico recebido logo após o nascimento. Em dois casos, somente, os pais perceberam a deficiência tempos depois, no decorrer do desenvolvimento da criança. O momento das entrevistas se revelou propício à expressão das dificuldades enfrentadas desde a caracterização de deficiência de seus filhos. Expressões como “não sabia o que fazer”, “achei que não ia dar conta” e “fiquei desesperada” foram frequentemente utilizadas. Em todos os casos, as pessoas foram construindo uma rede de ajuda de familiares, profissionais e amigos, para fazerem frente aos desafios que se lhes apresentavam.

5.2/ As Sessões de Intervenção

- Sessão de intervenção psicopedagógica 1 (17/06/2013)

- Objetivo:

Proporcionar um espaço de reflexão conjunta entre os pais, de modo a promover a construção de vínculos entre eles.

- Procedimento e material utilizado:

Formação de um círculo e proposta de socialização das impressões sobre as entrevistas.

- Resultados obtidos e discussão:

Os pais se manifestaram positivamente em relação à iniciativa. Destacaram que se sentiram acolhidos em suas particularidades, emocionando-se, inclusive, quando relataram suas impressões. Na oportunidade, foi possível verificar que os pais se entrosaram em conversas que ultrapassaram as questões formuladas pela pesquisadora.

Inicialmente orientado pela pesquisadora, portanto, o momento foi vivenciado pelos pais como forma de troca de experiências. Considerou-se a atividade como importante prática para o estímulo de ações que certamente oferecem suporte à família do deficiente. Ao final, o grupo foi convidado para sessão de vídeo, no dia seguinte.

- Sessão de intervenção psicopedagógica 2 (18/06/2013)

- Objetivo:

Assistir vídeos sobre deficiência, visando discussão posterior.

- Procedimento e material utilizado:

Formação de um semicírculo para a visualização do vídeo. O material utilizado foi: data-show e vídeo. Além dos pais dos deficientes, participaram do grupo alguns professores da escola e um guarda do batalhão escolar.

- Resultados obtidos e discussão:

A apresentação de vídeos teve o objetivo de traçar um paralelo entre as questões do questionário, da entrevista e dos relatos, com relação aos alunos deficientes, em situações diárias com os familiares. Neste sentido, os vídeos escolhidos (História de Nick Vujicic, Mãe Sem Braços e Superação Com Paralisia Cerebral) tiveram o propósito de ajudar as famílias a:

- Reconhecerem os limites, os prazeres e as realizações com o filho especial;
- Amadurecerem para melhor aceitação das dificuldades, em decorrência da especialidade da deficiência que o filho tem e terá, em qualquer situação cotidiana;
- Fortalecer e perseverar para buscar sempre as possibilidades de ajuda ao deficiente, na aprendizagem e na inclusão social.

A discussão girou em torno da capacidade de conhecer as capacidades e as incapacidades da deficiência, em vez de rotular e marcar a pessoa apenas como inválido e, sim, valorizando positivamente as características individuais de cada um.

Não restou dúvida, diante das falas de pais e profissionais, de que a inserção social de pessoas com necessidades especiais está diretamente ligada à dinâmica das relações vivenciadas na família, e à sua inclusão e relação na vida familiar cotidiana. Juntos, concluíram que:

- A família tem papel inegável no sucesso pessoal do filho deficiente;
- Sós, sem proteção, eles, “os deficientes”, jamais poderão vencer!
- Frente ao nascimento de um filho deficiente, é fundamental a reestruturação da família;
- O apoio familiar se caracteriza como o mais importante na superação das dificuldades e conflitos perante a deficiência do filho;

- É papel fundamental da família, incentivar, mediar e proteger em diferentes aspectos, as relações sociais do filho deficiente;
- As experiências e as relações vividas pelo deficiente e pelos familiares, em vários contextos sociais, apesar de muitos sofrimentos e limitações, são importantes para o desenvolvimento e o fortalecimento pessoal e espiritual de todos. (familiares e deficientes);
- A deficiência constitui-se como uma marca para toda a família: mãe, pai ou familiares do cego, do surdo, do deficiente físico e do deficiente mental. O estigma da incapacidade poderá ser superado se o deficiente desempenhar outro papel no mundo social. (Porém a marca é registrada)

Foram claros nos exemplos dados pelos pais:

- *“É cantor ou violinista (porém é) cego”*
- *“É digitador ou programador (porém é) surdo”*
- *“É advogado ou psicólogo (porém é) deficiente físico”*
- *“É artesão ou agricultor (porém é) deficiente mental”*

- Sessão de intervenção psicopedagógica 3 (19/06/2013)

- Objetivo:

Construir com o grupo uma proposta de encontros mensais para a socialização entre as famílias.

- Procedimento e material utilizado:

Formação de um círculo e conversa sobre o tema. Registro em papel.

- Resultados obtidos e discussão:

A reunião contou com a participação de todos os entrevistados, que elogiaram a iniciativa e fizeram proposta de que os encontros continuassem sendo realizados. Sugeriram frequência mensal para que a troca de experiências se mantenha no grupo.

Vale destacar que mencionaram o quanto a atividade foi importante no sentido de fazer perceber as potencialidades presentes em cada um de seus filhos. Manifestaram que por vezes perdem a esperança, e que encontros como estes fazem com que ela renasça.

VI/ Discussão geral dos resultados da intervenção psicopedagógica

Este estágio de intervenção psicopedagógica teve como objetivo promover ações que integrassem a família do aluno deficiente à escola.

O trabalho foi desenvolvido no Centro de Ensino Especial 02 de Brasília, por meio de uma intervenção, entre os meses de março a junho de 2013. Para isso, definiu-se a Fundamentação Teórica que orientou a abordagem do problema e a intervenção, sustentando-se a concepção de que a participação da família do aluno deficiente é de fundamental importância para seu desenvolvimento global e aprendizagem escolar.

Para se alcançar o objetivo, foram realizados, primeiramente, procedimentos de avaliação diagnóstica da participação que a família tem tido na escola e na educação de seus filhos deficientes. Foram feitas 3 (três) Sessões de Avaliação Psicopedagógica, que orientaram a realização das sessões de Intervenção Psicopedagógica.

As sessões de avaliação indicaram que, respeitadas as especificidades das deficiências, das histórias de vida, de experiências e de estratégias construídas pelas famílias, há uma profunda identificação entre as diferentes famílias, pois as questões históricas, culturais, sociais e educacionais são comuns a todos os casos.

Conforme a fundamentação teórica que nos orienta nessa reflexão, todos os aspectos mencionados acima não são condições fixas e definitivas, mas se constituem como processos de construção da deficiência, tendo a mudança como marca principal. As teorias no campo da Psicopedagogia, da Educação Inclusiva e documentação oficial sobre a parceria família-escola na educação de crianças com problemas de desenvolvimento e aprendizagem, e, em especial, a concepção das especificidades do desenvolvimento de crianças e pessoas deficientes (Pulino, 2001), tanto na família como na escola - são abordagens que ressaltam participação ativa, da família da pessoa

deficiente e dos educadores na construção do processo de socialização e inclusão da pessoa deficiente que tem o direito, ela mesma, de ser a personagem principal desse processo e de sua própria vida.

Os resultados obtidos, a cada procedimento, indicaram, nesta pesquisa, que a articulação entre a família e a escola deve ser promovida por esta, como instituição educativa que se responsabiliza pela socialização e inclusão social do deficiente. A escola se mostrou, no contexto da pesquisa, como agente propositor da criação de um espaço/tempo de acolhimento das famílias e não só das e dos alunos. Nesse espaço/tempo, idealizado em colaboração com as famílias, que foram sensibilizadas pelos procedimentos propostos, iniciou-se a formação de uma rede colaborativa, em que as famílias e os profissionais se ajudarão e fortalecerão mutuamente, como educadores.

A psicopedagogia, compreendendo a aprendizagem como uma dinâmica que envolve aspectos cognitivos e técnicos, mas, acima de tudo, uma dimensão afetiva (Bossa, 1994) que perpassa todo o desenvolvimento da pessoa, permitiu que se realizasse uma intervenção que se caracterizou como prevenção, mas, acima de tudo, como uma proposta original, contextualizada às condições objetivas da escola, das famílias participantes e, especialmente, das crianças, que foram e são o centro de todo o processo de pesquisa.

VII/ Considerações finais

Como trabalho final do curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, a realização desta pesquisa interventiva, ou estágio, mostrou-se como a oportunidade que tivemos de fazer a relação teoria/prática, refletir sobre todo o processo de nossa formação como profissional de psicopedagogia.

Além disso, este foi um trabalho que nos introduziu à atividade de pesquisa envolvendo aspectos multidisciplinares que, certamente, colaboram para nossa formação profissional.

A pesquisa/estágio, tendo caráter interventivo, teve, em especial, um caráter transformador, participativo, respeitando os participantes como pessoas de direito e colaboradores do processo de investigação e ação.

Ressalta-se ainda que o acolhimento carinhoso aos pais, na maioria das vezes, é inexistente nas escolas. que agem intuitivamente, apenas como prestadoras do trabalho profissional.

A decisão de um futuro projeto educativo, significa tentar mudar e ariscar-se em atravessar um período de instabilidade com o vislumbre de dias melhores, frente a determinados compromissos, que se tornarão possíveis ou não, diante de seus agentes e atores.

Neste sentido, não se pode esquecer que o vínculo da família com a escola, pode ser fortalecido pela construção de laços afetivos e emocionais. E que as relações estabelecidas entre as pessoas podem ser negativas e destrutivas, separando-as ou positivas e amigáveis, unindo-as, como o que ocorreu no espaço-tempo criado para ser o lugar privilegiado do encontro dos pais e profissionais da escola, voltado para a construção de um processo de educação inclusiva.

Isto depende de todos nós.

VIII/ Referências Bibliográficas:

André, M. E. D (1995). *A etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus.

Bhering, E., Siraj-Blatchford, I. (1999). A relação escola - pais: um modelo de trocas e colaboração. *Cadernos de Pesquisa*, n.106, p.191-216.

Bossa, N. A. (1994). *A psicopedagogia no Brasil. Contribuições a partir da Prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Bossa, N. A. (2011). *A psicopedagogia no Brasil. Contribuições a partir da prática*. 4º edição. Rio de Janeiro: Wak Editora.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.
(1997) 2ª edição, Brasília: Ministério da Justiça - CORDE.

Ferreira, M. E. C. & Guimarães, M. (2003). *Educação inclusiva*. Rio de Janeiro: DP&A.

Gokhale, S. D. (1980). A família desaparecerá? In *Revista Debates Sociais*, nº 30, Ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS

Paro, V. H. (1992). Gestão da escola pública: a participação da comunidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 73, n. 174, Pp. 255-290.

Paro, V. H. (2007). *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais*. São Paulo: Xamã.

Parolin, I. C. H. (2007). *Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?* Porto Alegre: Mediação.

Parolin, I. C. H. (2003) Família e Escola: Instituições Parceiras. *Temas em Educação II*. Jornadas 2003. São Paulo: Futuro Congresso e Eventos Ltda.

Pereira, O. (1980). *Educação Especial: atuais desafios*. RiodeJaneiro: Interamericana, Pp. 1-14

Política Nacional de Educação Especial. (1994). Brasília: Ministério da Educação e do Desporto MEC/SEESP.

Porto, O. (2011). *Psicopedagogia Institucional: teoria, prática e assessoramento*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Wak Editora

Pulino, L. H. C. Z. (2001). Acolher a criança, educar a criança: uma reflexão. In *Em Aberto*. Vol 18, no. 73. Brasília: INEP/MEC. Pp. 29-40.

Rubinstein, E. (2010). A Especialidade do Diagnóstico. Psicopedagogia na Instituição Educativa: a creche e a pré- escola. In: SISTO (ET al.). *A atuação psicopedagógica escolar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 13ª edição, Pp. 127-139

Tiba, I. (1996). *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo: Gente

Trivinos, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Veiga, I. P. A. (Org.) (2001) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. Edição, Campinas: Papirus.

ANEXOS

Questionário – Parte A

Senhores pais ou responsáveis,

O questionário tem o objetivo de instrumentar uma pesquisa que abordará os fatores que exercem maiores integração das famílias dos alunos do CEE 02 de Brasília.

Para responder não é necessária a sua identificação, porém, pedimos sinceridade nas suas respostas.

Agradecemos.

1) Nome do aluno (opcional)-----

Idade----- Sexo----- Turma----- Turno-----

Tipo de deficiência?-----

Seu filho ou filha tem outra doença associada? Sim----- Não-----

Qual-----

2) Faz uso Medicação?

Sim-----Não-----Qual-----

A medicação foi prescrita pelo?

Pediatra Neurologista Psiquiatra Clínico Geral Não toma medicação Outro

3) Seu filho ou filha recebe atenção profissional de:

Fisioterapia Fonodologia Psicologia Terapia Ocupacional

Hidroterapia Equoterapia Natação Reforço Escolar

Outro-----Qual-----

4) Seu filho ou filha necessita de equipamento de apoio:

Óculos Cadeira de Rodas Muletas Aparelho Auditivo Sonda Gástrica

Máquina de Escrever em Braile Lupa de Aumento Tala Ortopédica

Outro ----- Qual-----

Questionário - Parte B

1) Nome do responsável (opcional)-----

Grau de Parentesco-----

Quantas pessoas têm a sua família-----

2) Estado Civil:

Casado Solteiro Divorciado Desquitado Separado Outro

3) Escolaridade:

Ensino Fundamental completo Ensino Fundamental incompleto

Ensino Médio completo Ensino Médio incompleto

Ensino Superior completo Superior incompleto

Pós Graduação completo Pós Graduação incompleto

4) Você considera a sua família como:

Classe A Classe C

Classe B Classe D

5) Qual é a sua qualificação profissional? -----

6) Você frequenta essa Escola regularmente?

Todos os dias. Só compareço na escola quando solicitado.

Sempre vou a escola.

7) Você conhece o Projeto Político Pedagógico da Escola?

Sim Não Um pouco Não sei o que é isto.

8) A educação recebida nesta Escola, tem ou terá importância na vida de seu filho?

Tenho certeza que sim. Não Talvez Não sei.

9) Para você o principal papel “desta escola” é:

Ler Escrever Calcular Preparação para vida Convívio
Qualificação para o trabalho Cidadania Alegria Bem estar
Cuidados Convivência Comunicação Outra.

10) A participação de seu filho na Escola é:

Ótima Boa Regular Insuficiente

11) A participação poderia ser melhorada se seu filho tivesse:

Melhores condições mentais ou físicas Melhores condições de saúde
Mais interesse Mais motivação Nenhuma destas respostas Outra

12) Responda:

Se você tivesse-----tudo seria diferente!

13) Na sua avaliação o diálogo entre as famílias e a escola poderia melhorar se:

14) Você tem ajuda de outros familiares no dever e na responsabilidade de cuidar e educar seu filho (ou filha)?

15) Quando recebido na Escola você comparece:

Questionando o motivo. Fala pouco porque tem vergonha ou timidez.

Fala tudo que pensa. Dá palpites. Contribui com ideias.

Fala, mas nada muda. Somente escuta. Fica feliz com a atenção recebida.

Nunca é bem recepcionado. Não gosta de falar sobre sua vida.

É somente para ouvir reclamações.

16) Você acredita que a Escola, sem esquecer da parte social da família, poderia alcançar um melhor padrão de atendimento com a sua participação nos processos educacionais?

Sim. Por quê? _____

Não. Por quê? _____

Roteiro de Entrevista

Senhor pai, mãe ou responsável,

A nossa entrevista será oral e sigilosa. Tem os objetivos de verificar os fatores de maior integração das famílias e dos alunos do CEE 02 de Brasília e de conhecer a sua história de vida e as suas experiências para complementar os dados da pesquisa.

Pedimos que as suas respostas sejam sinceras.

1-Quanto a gravidez:

- Filho programado ()
- Filho desejado ()
- Filho rejeitado ()
- Fez pré-natal? () sim () não
- Não sabia que estava grávida ()

2-Quando, e como você tomou conhecimento da deficiência de seu filho?

() Logo após o nascimento	() O médico me avisou
() Alguns dias depois	() Meu marido me contou
() Meses depois	() Quem me contou foi.....
() Depois de muito tempo	() Eu observei
() Depois dos exames	() Uma pessoa do hospital
() Quando ele foi para escola	() Ele era diferente
() Dois de muitas reações	() Chorava muito
() Adoeceu	() Teve convulsão
() A psicóloga	() Outro

3-Vou ler algumas frases e peço que você comente as mais significativas.

Quando recebi a notícia eu: () nem liguei; () meu amor aumentou; () fiquei sem saber o que fazer; () me senti culpada; () com vergonha; () não entendia bem; () chorei; () fiquei deprimida; () encarei a situação; foi difícil;

() procurei ajuda de imediato; () procurei ajuda algum tempo depois; () todos me apoiaram; () não tenho que reclamar.

Quando recebi a notícia eu tive apoio de _____.

Eu não tive apoio de _____.

Eu me senti _____.

Eu procuro _____.

4-Com relação a patologia, da qual seu filho é portador,houve alguma vez na Escola, por parte de um profissional, por não conseguir lidar com a situação,descaso, omissão ou transferencia do problema ?

5-Você alguma vez foi informada deque nada se deve esperar? Que a criança vai ter morte precoce, não vai andar, falar, etc.?

6-Alguma vez na Escola você percebeu por parte de um profissional a falta de interesse não lhe oferecendo explicações sobre o problema ou não lhe encaminhado para orientação ou atendimento adequado?

7-Quais destes fatos são significativos para você?

() O pai do(a) filho(a) é ausente. Atrasa a pensão. Eu trabalho.

() O pai me ajuda muito.

() Nós estamos felizes.

() Meu (minha) filho (filha) é feliz, alegre; carinhoso(a)

() Sinto meu filho ou (minha) (filha) é triste.

() Ele ou ela melhorou muito.

() Meu filho ou (minha) (filha) não está bem.

() Eu não posso fazer nada.